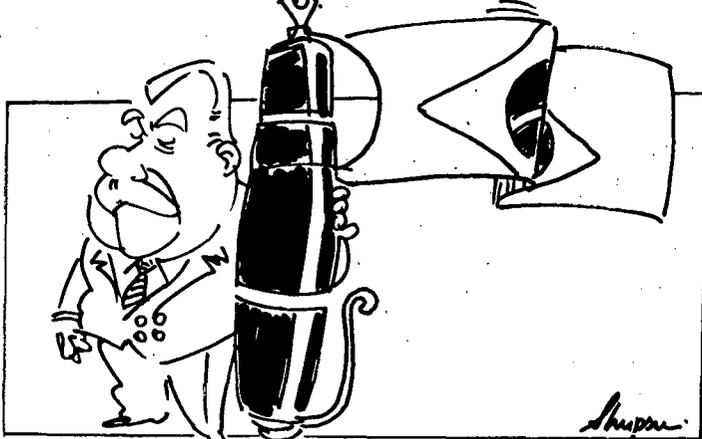


Sarney na era da decisão

JOÃO VIEIRA - 3 FEV 1987

CORREIO BRAZILIENSE



A sorte está efetivamente lançada para os que se fizeram vencedores do grande teste eleitoral de 15 de novembro. A garantia de um bom desempenho das responsabilidades contraídas a propósito destes tempos constituintes, haverá de começar pela exata compreensão do momento político nacional, ou seja, da etapa vigente do Governo Sarney.

Convém recordar que, após o cumprimento do ciclo inaugural, caracterizado pelo dispêndio de atenções às elites ornamentais, (celebridades do mundo cultural e artístico) Sarney passou para a fase do atendimento prioritário às elites da área da produção. O Plano Cruzado serviu de fator de distensão no embate com as forças produtivas nacionais, isto quando pairava a ameaça da entrada em cena, antecipadamente, dos quadros integrantes das elites decisórias, o que poderia anarquizar com a seqüência dos estágios do desempenho político-presidencial, acarretando, talvez, uma sinfese institucional apressada, com prejuízos à democracia.

O tempo e as eleições de novembro desgastaram o Plano Cruzado, mas viramos a página e chegamos à fase da presença, em primeiro plano, das elites decisórias. E, pois, chegada a hora da atenção preferencial aos quadros representativos do domínio econômico e financeiro da Nação, conjugado com as lideranças de forças políticas organizadas e atuantes do cenário social brasileiro. Estamos no estágio da audiência às falas e pleitos dos caciques regio-

nais e setoriais. Será o tempo em que os teóricos institucionais se farão ouvir pelos altos escalões do poder; era do remanejamento institucional, necessário e possível. O reajuste intempestivo do Plano Cruzado não foi outra coisa que não uma antecipação desesperada do cerco às pressões que se avizinhavam no remanejamento das posições entre as partes; no arranjar de poder nos vários graus de sua expressão. Efetivamente devem ser trocados alguns dos esteios da máquina administrativa governamental, passando-se das competências executivas às capacidades decisórias. Da ação dos táticos para o predomínio da ação dos estrategistas. E nesse quadro que o ministro Funaro e todos os seus ajudantes táticos se tornam um anacronismo, considerando-se as exigências da atual fase da gestão governamental, quando até o problema sucessório já começa a entrar em pauta.

Assim é que a vez do estamento decisório dos destinos

da Nação começa a ganhar realce, impondo-se ao grande auditório formado pela comunidade nacional. Mas, seus quadros originais nunca descem ao patamar da gerência social direta: enviam os seus representantes; seus agentes da intermediação política para transar as massas. Aliás, historicamente as classes liberais sempre atuaram como uma espécie de amortecedor entre o segmento dominante e as classes populares. Não há como imaginar, por exemplo, um Rotschild em posto político, assim como é inusitado ter um Rockefeller, um Guinle, um Klabin ou um Coelho sulmatogrossense atuando em faixa política. As vezes um ou outro nome desses clãs do poderio econômico e financeiro vem ocupar cargos políticos. Entretanto isto soa mais como excentricidade experimentalista do que efetiva disposição de servir através da atuação pública. Aliás, nesses casos, é preciso atentar para a diferença entre o rico de província e

ricos de visão metropolitana. Estes últimos estão habituados a levar em conta a componente política ou a dimensão abstrata do jogo econômico e todo o mecanismo de formação de riquezas, enquanto que os ricos de província circunscrevem as riquezas unicamente à lógica da materialidade: uma terra, os imóveis, os produtos físicos enfim. Em vista disso é que o rico de província nunca considera contribuições abstratas do âmbito da qualidade. Só reconhece (e paga) os fatores da quantidade. A consequência natural desse fato é que todo rico de província é incapaz de valorizar a contribuição intelectual e mesmo de compreender o verdadeiro significado social da riqueza. Tal comportamento por parte dos mais velhos é até compreensível, mas tratando-se dos mais novos não se pode aceitar. Afinal, as praças brasileiras de maior aglomeração populacional ganham logo feições urbanas, senão metropolitanas, graças à eficiência da rede nacional de comunicações, que une a malha urbana nacional num só espírito cidadão. A todos os ungidos das urnas, pois, cabe o dever de tomar a dianteira quanto ao posicionamento frente às estratégias decisórias seguidas pela instância federal de poder, na hora atual. E ainda puxar a marcha dos comportamentos inovadores, formulando pleitos de conteúdo político novo, voltados para o campo da qualidade, para que o nosso desenvolvimento possa apresentar uma feição atualizada.

João Vieira é professor titular de Sociologia e Política da Universidade Federal de Mato Grosso